

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.652.622 - RJ (2020/0015667-8)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ANTONIO ESPERANCA DE SOUZA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por ANTONIO ESPERANCA DE SOUZA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTÁRIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INSS. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ACUMULAÇÃO DO PAGAMENTO DO AUXÍLIO ACIDENTE E DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CASO CONCRETO QUE SE INSERE NA VEDAÇÃO IMPOSTA PELA LEI Nº 9.528/1997, QUE ALTEROU NORMA ANTERIOR CONTIDA NO ART. 86 DA LEI Nº 8.213/1991.

DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 23 da Lei n. 8.213/91 e 6º, § 2º, da LINDB, no que concerne ao direito à percepção cumulativa do auxílio-acidente e da aposentadoria por tempo de contribuição, trazendo, em síntese, os seguintes argumentos:

Conforme a orientação jurisprudencial fixada pelo Egrégio STJ, se a lesão incapacitante tiver ocorrido anteriormente a 11/11/1997, definida de acordo com o art. 23, da Lei 8.213/91, que prevê a data do diagnóstico como a data da lesão, haverá direito à percepção cumulativa do auxílio acidente com a aposentadoria por tempo de contribuição.

Considerando-se, portanto, que o correto diagnóstico da lesão incapacitante (surdez bilateral) foi realizado em 1988, nos termos do laudo anexado à petição inicial e confirmado pela perícia, o Recorrente faz jus ao recebimento dos dois benefícios, pois foi na data do diagnóstico (1988) que adquiriu tal direito, conforme determina o art. 23 da Lei 8.213/91, dispositivo ao qual negou-se vigência (fls. 136/137).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

No caso em análise, não há prova anterior ao laudo elaborado em Juízo (fls. 122 ejud) do início da incapacidade laborativa do autor/apelante,

nem de ocorrência de segregação compulsória, tendo o diagnóstico sido realizado pelo expert em 2007. Note-se que o documento de fls. 09 ejud dos autos em apenso (elaborado por fonoaudiólogo) não é capaz de assegurar a incapacidade laborativa do demandante para o exercício da atividade habitual, indicando, tão somente, a redução da capacidade auditiva.

**Grife-se que a sentença, transitada em julgado, sem oposição do autor/apelante, indicou como termo inicial da concessão do benefício a data do laudo pericial (2007), estando coberta, pois, pelo manto da coisa julgada.**

Dessa forma, não há dúvida que a acumulação do recebimento dos benefícios indicados é indevida, já que o auxílio-acidente foi concedido ao autor no ano de 2007 (fls. 81/82 - grifou-se)

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente